



SENADO FEDERAL

Instituto Legislativo Brasileiro – ILB

MURILO AUGUSTO DE MEDEIROS

**A RELAÇÃO DO NÚMERO DE FILIADOS COM O SUCESSO
ELEITORAL DOS PARTIDOS POLÍTICOS**

Brasília
2020

Murilo Augusto de Medeiros

**A RELAÇÃO DO NÚMERO DE FILIADOS COM O SUCESSO
ELEITORAL DOS PARTIDOS POLÍTICOS**

Artigo Científico apresentado ao curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Democracia, Direito Eleitoral e Poder Legislativo pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), como requisito parcial à obtenção do título de especialista.

Orientador: Paulo Mohn

Brasília
2020

“A política deve buscar a liberdade como princípio, o desenvolvimento como objetivo e a participação como instrumento de ação.”

(Marco Maciel)

RESUMO

Este trabalho tem por propósito analisar a relação do número de filiados com o sucesso eleitoral dos partidos políticos em disputas proporcionais. Como recorte de estudo, a partir de coleta de dados junto ao sítio do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), levamos em consideração a taxa de filiação partidária e os resultados das eleições municipais de 2016 das capitais brasileiras. Sob a ótica da democracia representativa, buscamos identificar as razões do distanciamento cada vez maior entre cidadãos e agremiações partidárias e suas consequências para a qualidade da representação política. Por fim, em meio à emergência das plataformas tecnológicas, sugerimos uma revitalização estrutural dos partidos políticos, de forma a torná-los mais digitais, transparentes, inclusivos e participativos.

Palavras-chave: Filiação Partidária; Eleições; Partidos Políticos; Democracia Representativa.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the relationship between the number of members and the electoral success of political parties in proportional disputes. As a study excerpt, from data collection at the website of the Superior Electoral Court (TSE), we take into account the rate of party affiliation and the results of the 2016 municipal elections in the Brazilian capitals. From the perspective of representative democracy, we seek to identify the reasons for the growing distance between citizens and party organizations and their consequences for the quality of political representation. Finally, during the emergence of technological platforms, we suggest a structural revitalization of political parties, in order to make them more digital, transparent, inclusive and participatory.

Key words: Party Affiliation; Elections; Political Parties; Representative Democracy.

INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva compreender se o quantitativo de filiados importa para o sucesso eleitoral dos partidos políticos no Brasil, a fim de desnudar o grau de engajamento e fidelidade entre o eleitor filiado e a dinâmica partidária. Soma-se a esse objetivo a necessidade de revisitar a literatura da Ciência Política e refletir sobre o conceito e a prática da representação política, suas nuances e suas balizas, trazendo à discussão a relação desafiadora entre representados e representantes.

Para a efetivação da análise, com fundamento nas eleições proporcionais de 2016, consideramos como recorte de estudo o número de filiados regulares e a performance eleitoral dos partidos políticos registrados nas capitais brasileiras. Como fonte de pesquisa, utilizamos as estatísticas constantes no banco de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), levando em conta a soma dos votos nominais e de legenda, bem como a taxa de filiação computada no mês de outubro de 2016, época do primeiro turno da última eleição municipal.

O percurso do artigo foi repartido em quatro tópicos. O primeiro abordará a desconexão representativa cada vez maior entre os cidadãos e os políticos, combinado com a emergência da inserção de elementos participativos, sobretudo com a expansão das mídias digitais, nas configurações institucionais da democracia representativa.

O segundo tópico analisará o papel dos partidos políticos como elos entre sociedade e Estado, bem como os elementos estruturais que reforçam o desprestígio representativo das siglas partidárias. Buscamos entender como a fragilidade institucional do sistema partidário no Brasil repercute na identificação dos eleitores com as legendas.

O terceiro tópico fará uma análise interpretativa dos dados extraídos do sítio eletrônico da Justiça Eleitoral, para averiguar o grau de relação entre o desempenho dos candidatos das agremiações partidárias e a preferência eleitoral dos filiados. Observa-se um desalinhamento partidário-eleitoral em que o eleitor não segue exatamente a lógica eleitoral traçada pela legenda à qual ele pertence.

Finalmente, o quarto tópico explorará as causas que levam o militante a não manter laços de fidelidade nas urnas com a sua legenda, tal como os entraves que dificultam a participação dos filiados nas várias instâncias partidárias e seus efeitos na representação política exercida pelos políticos.

Na conclusão, pretende-se fazer uma reflexão sobre a importância de revitalizar os partidos políticos, a fim de torná-los mais digitais, transparentes e representativos. Quanto mais os partidos forem fortes e institucionalizados, melhor a democracia.

1. Desconforto representativo

A relação entre democracia e representação, atrelada à literatura da organização democrática, traz consigo a disputa e o conflito como inerentes aos âmbitos político e social. A emergência da democracia representativa, sistema pelo qual o povo delega o seu poder de tomada de decisão aos representantes eleitos, trouxe ao debate contemporâneo uma série de problematizações, entre elas a distância entre governantes e governados, a criação de uma elite política que fica separada das massas populares, os conflitos no processo decisório e a desproporção dos anseios entre Estado e sociedade.

Hanna Pitkin, no livro *The Concept of Representation*, publicado em 1967, define representação como o "agir pelo interesse dos representados, de forma a ser responsivo a eles" (PITKIN, p.209). Os anseios dos representados e as atitudes dos representantes deverão confluir, fomentando a *accountability*. A autora argumenta que o sistema de representação deveria ser responsivo ao desejo do povo, de maneira que os governantes decidam o melhor caminho para os governados com independência, pensando no interesse público e tentando sempre adiantar o que o eleitorado espera.

A *accountability*, vinculada à ideia de responsividade, é uma resposta aos buracos que a representação política não conseguiu cobrir. Porém, as eleições, o exercício do voto e o equilíbrio entre os poderes não bastam. Na visão de Nádía Urbinati (2006), os instrumentos representativos formais vinculados ao Estado Democrático de Direito não são suficientes para garantir a aproximação do povo com o processo decisório. Soberania e representação precisam estar desvinculadas para fomentar o conceito de julgamento político, ampliando o controle social da população sobre o governante, a prestação de contas de quem exerce o mandato e a participação nos mecanismos estruturais de interligação entre sociedade civil e governo.

Principalmente após a Segunda Guerra Mundial, a democratização foi expandida pelo mundo, ganhando proporções universais. A prosperidade econômica dos países, atrelada às complexidades e contradições do capitalismo, fortaleceu as pressões sociais sobre o Estado. O mal-estar institucional tornou-se ainda mais escancarado com a pressão popular nas ruas, na mídia, na academia e nos canais formais de governo. A emergência das mídias digitais também aflorou as limitações representativas, pois "as demandas crescem, enquanto a capacidade de resposta do governo democrático está estagnada" (MIGUEL, 2005, p.31).

O mundo vivencia uma "metamorfose da representação", conforme assevera Manin (1995). O avanço dos meios digitais no campo político quebrou paradigmas nas relações

sociais, fomentando novas plataformas de ativismo, ferramentas de e-participação e estratégias criativas de empoderamento da sociedade civil. A revolução tecnológica deu poder ao indivíduo para cobrar e fiscalizar o Estado de mais perto, suplantando os meios tradicionais de intermediação das relações sociais nas sociedades, como mídia, partidos e Parlamento. Com a multiplicação de vozes, a obtenção de consensos mínimos no debate político ficou mais complexa e os meios representativos não acompanharam a dinâmica dos instrumentos modernos de interação digital.

Nessa equação, há um fato emblemático a ser destacado. A sociedade e o mercado absorveram rapidamente os ganhos do progresso tecnológico, mas as instituições representativas não. “As instituições não estavam preparadas para lidar com a revolução digital do mesmo jeito que a velha democracia censitária não estava para lidar com a sociedade industrial emergente da virada para o século XX”, reconhece o cientista político Fernando Schuler (2017).

Diante de tal cenário, as instituições sofrem atualmente um certo esgotamento junto à opinião pública quanto à capacidade de responder à demanda dos eleitores. O desencanto da população avança inclusive sobre a concordância do caminho democrático. De acordo com o Latinobarómetro – um prestigioso canal regional de estudos políticos –, o apoio à democracia na América Latina caiu mais de dez pontos percentuais de 2010 para cá. Hoje, apenas 53% dos latino-americanos confiam na democracia.

Trata-se de desconforto popular diretamente ligado ao desprestígio dos canais formais de representação, entre eles os partidos políticos. As agremiações partidárias, por mais que em épocas passadas tenham facilitado o acesso das massas populares às instituições políticas, perderam ao longo do tempo vida orgânica junto à sociedade e hoje são marcadas por pouca coesão programática, baixa renovação de quadros, precária transparência nas prestações de contas, insuficiente democracia interna e, sobretudo, fraca interação com suas bases (KINZO, 2005).

2. Declínio dos partidos?

Os partidos políticos, como canais estruturantes para o funcionamento das democracias, capazes de organizar a disputa eleitoral, arregimentar líderes, conduzir governos e canalizar interesses da sociedade, são constantemente questionados em relação ao seu papel representativo (GUNTHER E MONTERO, 2001). Não que exista uma crise generalizada nas legendas, como um tipo de câncer fatal que corrói todo o sistema. O que prepondera mesmo é um deslocamento cada vez maior dos partidos em relação à sociedade.

Peter Mair (1994) chama atenção para o cuidado em evitar generalizações quando se fala em declínio dos partidos políticos dentro do contexto do funcionamento da democracia representativa. Um partido deve ser analisado em suas diferentes vertentes de arranjo estrutural, e não como uma simples bola indivisível.

Para compreender os problemas que afligem as legendas, o autor supracitado sugere separar a organização dos partidos em três núcleos: a estrutura e o funcionamento organizativo interno da legenda (*party in the central office*); os espaços públicos ocupados por membros do partido (*party in the public office*); além das bases partidárias, entre eles filiados e apoiadores (*party on the ground*).

Na visão de Mair (1994), a crise que abate os partidos e, conseqüentemente, a democracia representativa está justamente atrelada à falta de entrosamento com as suas bases. Os outros dois aspectos, ligados ao comando interno e aos cargos públicos preenchidos por lideranças do partido, acabaram sendo fortalecidos ao longo do tempo, passando incólumes pela turbulência institucional.

Conforme apontam Katz e Mair (1995), a aproximação ascendente entre partidos políticos e Estado colaborou para acentuar a distância da militância com as atividades partidárias. O funcionamento dos partidos, nos últimos vinte anos, tornou-se bastante dependente de regulamentações e benesses estatais. Além do vínculo com os programas de TV e rádio, os quais geram dividendos para os cofres da União, o uso maciço de verba pública no financiamento eleitoral tornou-se uma constante. No Brasil, somente em 2020, por meio dos fundos eleitoral e partidário, ambos abastecidos com recursos públicos, serão distribuídos cerca de R\$ 3 bilhões aos 33 partidos existentes no país¹.

Segundo os autores, o Estado, na realidade, passou a ser o principal patrocinador das siglas, por meio de um contínuo processo de cartelização dos partidos políticos. Como consequência, as agremiações partidárias possuem hoje plena autonomia para funcionarem, independente de militância nas ruas ou de equipes de apoiadores. Um cenário cômodo que lhes permite construir agendas difusas e corporativistas, deslocadas dos reais anseios da sociedade civil.

Cumprе ressaltar também que os principais postos dentro dos partidos passaram a ser ocupados por gente próxima a cargos no Executivo/Legislativo ou por burocratas distantes da vida orgânica partidária. Katz e Mair (1995) avaliam que os partidos políticos, na medida em que privilegiaram o investimento no arcabouço governativo, negligenciaram a sua função

¹ Desde 2015, o Supremo Tribunal Federal (STF) proibiu o financiamento empresarial em campanhas políticas.

representativa, isto é, não são mais capazes de suprir adequadamente o fosso representativo entre sociedade e Estado.

A discussão sobre a formatação das legendas partidárias não é de hoje. Uma das abordagens mais clássicas sobre a área surgiu com a obra *Sociologia dos Partidos Políticos*, de Robert Michels, publicada em 1911. Michels asseverou que qualquer partido político, independentemente de sua ideologia ou origem, estava fadado a um processo interno de oligarquização, com estruturas partidárias engessadas e burocratizadas (MICHELS, 1982).

No Brasil, além da fragilidade institucional dos partidos políticos, em termos de identificação representativa com o cidadão, elementos diversos reforçam o desencanto com as siglas, como o alto nível de dispersão das forças partidárias, esgarçamento das ideologias políticas, personalização excessiva das lideranças públicas, concentração de poder nas mãos da cúpula, enviesamento do *marketing* eleitoral e declínio da influência da militância no rumo das agremiações (MENEGUELLO, 1998).

Não à toa, as siglas partidárias são vistas com enorme desconfiança pela sociedade brasileira. Segundo o mais recente Índice de Confiança na Justiça (ICJBrasil), produzido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), apenas 7% dos brasileiros confiam nos partidos políticos, a segunda instituição de menor credibilidade no Brasil, só perdendo para o governo federal (FGV DIREITO SP, 2017).

3. Desalinhamento partidário-eleitoral

Na literatura contemporânea da Ciência Política, o fenômeno da filiação partidária é peça-chave para compreender o comportamento eleitoral e o ativismo cívico dos cidadãos. A adesão oficial a um partido político, além de funcionar como um ato formal do compromisso do eleitor junto à organização partidária, é um gesto de afirmação que envolve identificação ideológica, envolvimento em campanhas eleitorais, participação em mobilizações cívicas, disputa de cargos eletivos, entre outras ações (DUVERGER, 1987).

Faz parte da estratégia eleitoral de partidos políticos recrutar o maior número possível de integrantes para suas fileiras, a fim de demonstrar densidade política e boa expectativa eleitoral. As siglas tratam a adesão massiva de filiados como um apoio certo nas urnas, utilizando-a como base de projeção para as eleições, seja para formar alianças, seja para fortalecer candidaturas.

A Carta Magna brasileira de 1988, em seu art. 14, § 3º, inciso V, estabelece que a filiação partidária é uma das condições para o registro de candidatura a cargo eletivo. A elegibilidade do candidato passa pela trincheira do partido político e nenhuma candidatura é viável fora do arcabouço partidário.

No Brasil, 10,6% do total de eleitores integram algum partido, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)². Ou seja, um em cada 10 cidadãos brasileiros está oficialmente filiado a alguma legenda. Quando comparado a outros países, o Brasil aparece entre as democracias com as maiores taxas de filiação³.

Diante de tais constatações, o questionamento que buscamos responder no presente artigo é: o número de filiados importa para o sucesso eleitoral de um partido político? A adesão formal significa necessariamente engajamento político ou laços de lealdade eleitoral entre o filiado e a sigla partidária?

A partir de coleta de dados junto ao sítio do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), vamos analisar o grau de relação entre o número de filiados e a performance eleitoral das legendas brasileiras durante a eleição de 2016, referente ao pleito proporcional (candidatos a vereador). Como recorte do estudo, levamos em consideração o resultado das urnas nas 26 capitais do país⁴ e confrontamos a soma dos votos nominais e de legenda na eleição proporcional com as taxas de filiação partidária de eleitores nas cidades selecionadas. Para efeitos práticos deste artigo, consideramos a relação de filiados registrados em outubro de 2016, mês do primeiro turno da última eleição municipal, e somente foram analisadas as filiações regulares, sem pendências judiciais.

Os números revelam que nem sempre um partido político com grande quantidade de filiados colhe um bom resultado nas urnas. O eleitor filiado não segue exatamente a lógica eleitoral do partido ao qual pertence, fenômeno este que denominamos de desalinhamento partidário-eleitoral.

Cuiabá, capital de Mato Grosso, simboliza um dos casos mais emblemáticos da falta de correlação entre o número de filiados e o resultado eleitoral alcançado pelo partido político. O Partido Popular Socialista (PPS), atual Cidadania, é o partido com a maior taxa de filiação partidária na capital mato-grossense (19,17% do total dos eleitores filiados). Em números absolutos, a legenda abriga 10.515 filiados no município, mas conquistou apenas

² Sete partidos agregam quase dois terços do número total de cidadãos filiados, segundo dados do TSE. São eles: MDB, PT, PSDB, PP, PDT, PTB e DEM.

³ Segundo apuração de Biezen, Mair e Pogundke (2011), a taxa média de filiação partidária na Europa é de 4,7%. No Brasil, a taxa de filiação ultrapassa 10%.

⁴ Brasília não foi contabilizada, em virtude da não existência de eleição municipal na cidade.

365 votos nas eleições proporcionais em 2016, quando somados os votos nominais e de legenda. Em outras palavras, podemos deduzir que, no mínimo, 97% dos filiados ao PPS não escolheram um nome do partido para votar.

Outras duas agremiações de Cuiabá experimentaram a discrepância de preferências eleitorais com sua base de adeptos. O Democratas (DEM), que desde 2004 não elege vereadores na cidade, conta com 7.593 filiados em suas fileiras, o terceiro maior partido a nível local em números de membros, mas em 2016 apenas 2.309 cuiabanos depositaram o voto em candidatos democratas. No cômputo geral, em termos quantitativos, mais de 5.000 membros do Democratas deixaram de votar em candidatos da legenda.

Já o Partido Democrático Trabalhista (PDT) cuiabano, que conta com 4.328 filiados em números absolutos, amealhou apenas 3.871 votos nas urnas. Ou seja, os candidatos pedetistas poderiam ter uma votação 10% maior, caso obtivesse o apoio integral de seus membros formalmente registrados na Justiça Eleitoral.

Em Curitiba, o Partido Progressista (PP) é a maior legenda da cidade em quantidade de filiados, com 14.181 membros. Esperava-se, como consequência do potencial de sua força partidária, uma votação recorde dos progressistas na capital curitibana. Entretanto, o partido registrou tão somente 12.928 votos, posicionando-se no pelotão de trás do *ranking* das siglas mais bem votadas na cidade. Podemos aferir, em termos quantitativos, que ao menos 1.253 membros do PP desertaram e não acompanharam as candidaturas do partido a nível local.

O PP amargou resultados incongruentes também em Salvador e Goiânia. Na capital baiana, a legenda contava, em outubro de 2016, com 12.905 filiados, mas seus candidatos conquistaram apenas 8.612 votos. Isso significa que, no mínimo, 33% dos filiados progressistas votaram em nomes de outras siglas que disputavam vagas no legislativo local. Já em território goiano, pelo menos 13% dos filiados ao PP optaram por alternativas partidárias distintas na eleição para o legislativo.

Até mesmo legendas recém-criadas, como o Partido Republicano da Ordem Social (PROS), Solidariedade (SD) e o Partido Pátria Livre (PPL)⁵, detentores de filiados novatos, deixaram a desejar no convencimento de suas bases. Em Porto Velho, a despeito de somar 45 cidadãos filiados, o PROS conquistou apenas 18 votos no cômputo geral. Já em São Luís, 30% dos membros do PPL não votaram com o partido, assim como 15% dos integrantes do Solidariedade abriram dissidência em Rio Branco.

O desalinhamento partidário-eleitoral não escolhe coloração ideológica. O Partido dos Trabalhadores (PT), reconhecidamente como um partido de massa, de militância estruturada,

⁵ Em maio de 2019, o TSE oficializou a fusão do PPL com o PCdoB.

não conseguiu entusiasmar totalmente seu time de apoiadores nas eleições de 2016 em Campo Grande. A votação obtida pelo PT (12.911 votos em números absolutos) não superou a cifra de filiados petistas na cidade, que somam 13.503 integrantes no total.

Além disso, legendas de cunho ideológico muito restrito, de reconhecida pureza programática, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido da Causa Operária (PCO), não foram capazes de mobilizar suas estruturas em torno de seus candidatos. Em Belo Horizonte, no cômputo geral, são 205 eleitores filiados ao PCO, mas os postulantes a vereador da agremiação arregimentaram apenas 155 votos. O PCB em Manaus, embora contabilize 377 filiados, apenas computou 275 votos para seus candidatos. Isto é, em termos absolutos, mais de 100 membros da sigla deixaram de apostar em candidaturas comunistas.

O próprio Partido Verde (PV), de militância muito coesa em torno da pauta ambiental, não conquistou unanimidade de sua base partidária em Porto Velho. Os candidatos verdes em 2016 receberam o apoio de somente 40% de seus filiados à época. Em termos quantitativos, deduz-se que mais de mil membros do PV deixaram de votar na nominata de candidatos a vereador que compõe a legenda na capital de Rondônia.

O tradicional Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que governou o estado de Roraima durante doze anos, é a legenda com mais filiados em Boa Vista. São 3.048 tucanos na cidade, mas no último pleito municipal o PSDB só obteve 307 votos em números absolutos. Isso significa que nove em cada dez tucanos não votaram em postulantes do partido na disputa para o legislativo. Em Palmas, o Democratas, ex-PFL – partido que mais vezes administrou a capital tocantinense – congrega 1.199 filiados, mas nas eleições de 2016 recebeu ínfimos 374 votos. Uma diferença de cerca de 70% entre o número de adeptos e o apoio obtido para o legislativo local.

O Partido da República (PR), atual Partido Liberal (PL), apesar de contar com 1.476 membros em Aracaju, arregimentou irrisórios 211 votos para seus candidatos. Fica traduzido que, no mínimo, 85% da militância municipal do PR não acompanhou os candidatos da legenda. Na mesma toada, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) colheu discrepâncias com seu grupo partidário em Maceió e Boa Vista. Dois em cada três filiados petebistas residentes na capital de Alagoas não votaram em candidatos do próprio partido. E, em termos absolutos, não menos que 1.500 membros filiados ao PTB boa-vistense deixaram de digitar o número 14 nas urnas.

Apesar de o desalinhamento partidário-eleitoral abranger agremiações de envergaduras e ideologias diversas, o fenômeno costuma ser mais comum em legendas de pequeno porte.

Dos 22 partidos identificados na Tabela 1, 15 são de pequeno porte (70% do total)⁶. O número de filiados ao Partido Trabalhista Cristão (PTC) em Macapá, por exemplo, foi 25 vezes maior do que a quantidade de votos recebidos pela legenda na disputa proporcional. O mesmo PTC repetiu a discrepância em Porto Alegre, quando a cifra de membros superou em cerca de 300% a quantidade de votos recebidos na cidade.

A taxa de filiação ao Partido Trabalhista Nacional (PTN), atual Podemos, em Teresina é três vezes maior do que a quantidade de apoio recebido nas urnas pelo partido, quando somados os votos nominais e de legenda. De igual modo, o Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB) obteve a confiança de somente um terço dos seus adeptos em Vitória, ao passo que, em Rio Branco, o Partido da Mobilização Nacional (PMN) colheu 30% de defecções entre seus membros.

Das 26 capitais analisadas, apenas quatro não registraram desalinhamento partidário-eleitoral: Rio de Janeiro, São Paulo, Belém e Florianópolis.

⁶ Consideramos de pequeno porte a legenda registrada na Justiça Eleitoral que possui menos de 3% de taxa de filiação partidária no Brasil.

Tabela 1

Capitais/Regiões	ELEIÇÕES 2016			
	Partidos Políticos	Votos (nominal + legenda)	Eleitores filiados	Saldo final (números absolutos)
Sudeste				
Belo Horizonte (MG)	PCO	155	205	- 50
Vitória (ES)	PRTB	21	61	- 40
São Paulo (SP)	-	-	-	-
Rio de Janeiro (RJ)	-	-	-	-
Nordeste				
Aracaju (SE)	PR	211	1476	- 1.265
	PP	1.090	1.184	- 94
Maceió (AL)	PTB	984	1.394	- 410
	PT do B	141	418	- 277
João Pessoa (PB)	PRP	314	357	- 43
	PEN	80	89	- 9
Recife (PE)	PT do B	153	172	- 19
Salvador (BA)	PP	8.612	12.905	- 4.293
Teresina (PI)	PTN	164	460	- 296
São Luís (MA)	PPL	56	81	- 25
Fortaleza (CE)	PT do B	156	180	- 24
Natal (RN)	PP	1.369	1.612	- 243
Centro-Oeste				
Goiânia (GO)	PP	4.162	4.777	- 615
Cuiabá (MT)	PPS	365	10.515	- 10.150
	DEM	2.309	7.593	- 5.284
	PDT	3.871	4.328	- 457
Campo Grande (MS)	PT	12.911	13.503	- 592
	PSDC	307	849	- 542
Sul				
Porto Alegre (RS)	PTC	112	433	- 321
	PTN	199	371	- 172
Curitiba (PR)	PP	12.928	14.181	- 1.253
Florianópolis (SC)	-	-	-	-
Norte				
Rio Branco (AC)	PTB	572	1.136	- 564
	Solidariedade	70	81	- 11
	PMN	338	482	- 144
	PEN	85	134	- 49
Porto Velho (RO)	DEM	2.186	2.248	- 62
	PV	1.689	2.759	- 1.070
	PROS	18	45	- 27
Palmas (TO)	DEM	374	1.199	- 825
	PT do B	32	86	- 54
Manaus (AM)	PCB	275	377	- 102
Belém (PA)	-	-	-	-
Boa Vista (RR)	PSDB	307	3.048	- 2.741
	PROS	70	98	- 28
	PTB	549	1.985	- 1.436
	PMN	630	933	- 303
Macapá (AP)	PTC	12	305	- 293
	PCB	126	184	- 58

Fonte: Elaboração própria, com dados do TSE.

Em outra frente de análise, elencamos os três partidos mais votados de cada capital brasileira e confrontamos os percentuais de votos (nominal + legenda) com o número de eleitores filiados das siglas, referente à disputa proporcional de outubro de 2016, período em que foi realizado o primeiro turno da eleição de 2016.

Compreende-se dos números contidos na Tabela 2 que, embora os partidos tradicionais, como PMDB, PT, PSDB, PDT, entre outros, possuam as maiores taxas de filiação partidária nas capitais, o impacto da dimensão do número de filiados com a performance eleitoral dos partidos políticos não é uniforme. As estatísticas sinalizam que a legenda com a maior taxa de membros filiados não representa invariavelmente o partido recordista de votos.

Em Belo Horizonte, o PT detém 15,98% do total de filiados na cidade, mas na disputa para o legislativo local não figurou nem mesmo entre os três partidos mais votados. O nanico PTN, com 1,88% de filiados no município, foi o partido que obteve o maior número de votos na última eleição municipal. Recebeu 85.485 votos em números absolutos, o que representa 7,16% do total de votos válidos na capital mineira, ao passo que o PT alcançou apenas 3,50% dos votos.

No geral, legendas de pequeno porte, detentoras de poucos filiados, surpreenderam pela boa performance em diversas capitais. Trata-se da clássica estratégia eleitoral em ocupar temporariamente siglas nanicas como forma de sobrevivência política, ainda que sem vínculos de identificação ideológica. Em Natal, o Partido da Mulher Brasileira (PMB), detentor de 66 integrantes (0,20% do total de filiados na cidade), foi a terceira força política mais votada no município, superando as maiores siglas da cidade em termos de quantidade de filiados, como o PSDB (14,24%), PMDB (9,42%) e PT (8,03%).

Em Salvador, contra todos os prognósticos lógicos, os nanicos PHS e PTN – donos de 0,31% e 0,68% do total de filiados na cidade, respectivamente – foram as legendas mais bem votadas a nível local, logo depois do DEM. Cenário similar foi observado em Fortaleza, quando o PRTB, com apenas 0,92% dos filiados locais, foi o segundo partido mais votado no município no pleito proporcional de 2016. Já em Aracaju, as três legendas com maior adesão de associados (PT, PMDB e PDT) não compuseram o *ranking* de preferência do eleitor. A Rede Sustentabilidade, com míseros 0,32% do montante de filiados da cidade, marcou presença na primeira fileira de preferência do eleitorado aracajuano.

Outro caso curioso ocorreu em Manaus, cujo resultado eleitoral destoa do prognóstico popular de que uma volumosa quantidade de filiados é indispensável para erguer uma legenda forte nas urnas. Na capital amazonense, o PTN e o PHS foram recordistas de apoio recebido

nas urnas, embora contabilizem somente 1,40% e 1,32% do total de filiados locais, respectivamente. Enquanto o PSC, terceiro partido com mais adeptos na cidade (7,63% do conjunto geral de filiados), amargou a quinta pior colocação no *ranking* das siglas mais votadas na eleição de 2016.

Os dados estatísticos desnudam a falta de congruência entre o peso da filiação partidária e a preferência dos cidadãos nas urnas. O PSOL no Rio de Janeiro foi o segundo partido mais votado no pleito proporcional quatro anos atrás, mesmo com apenas 1,29% do total de filiados na capital carioca. Em contrapartida, o PDT, que detém 22,35% da soma completa de filiados no município, foi apenas o décimo partido mais votado na cidade.

O PSDC (atual Democracia Cristã), a despeito de possuir apenas 1,34% de membros filiados em Palmas, liderou o apoio recebido pelos eleitores locais e elegeu o maior número de vereadores da cidade. Outro exemplo ocorreu com o PTC em Boa Vista, a legenda campeã de votos para o legislativo, apesar de conter ínfimos 0,46% do conjunto de eleitores formalmente filiados no município. O Partido Republicano Progressista (PRP), atual Patriota, maior agremiação da cidade, com 17,28% dos filiados, figurou como apenas o 10º partido mais votado.

Chama atenção ainda o desempenho do PSD, legenda criada cinco anos antes da eleição de 2016 e, por ser um partido novato, detinha uma taxa de filiação baixa à época. Mesmo assim, em Curitiba, foi o segundo partido mais bem votado, com 65.462 votos (7,43% do total), apesar de possuir somente 1,19% dos filiados da cidade.

Tabela 2

Capitais/Regiões	QUADRO GERAL – ELEIÇÕES 2016			
	Partidos mais bem votados	Votos (nominal + legenda)	Número de eleitores filiados	Legendas com maior número de filiados na cidade
Sudeste				
Belo Horizonte (MG)	1º - PTN	85.485 (7,16%)	2.519 (1,88%)	PT: 21.401 (15,98%)
	2º - PSDB	83.793 (7,02%)	13.631 (10,18%)	PSDB: 13.631 (10%)
	3º - PHS	82.665 (6,93%)	1.062 (0,79%)	PMDB: 12.759 (9,5%)
Vitória (ES)	1º - PPS	32.825 (18,14%)	1.762 (6,01%)	PMDB: 4.151 (14,1%)
	2º - PDT	16.473 (9,10%)	3.601 (12,29%)	PSDB: 3.964 (13,5%)
	3º - PTB	15.956 (8,82%)	1.903 (6,50%)	PDT: 3.601 (12,29%)
São Paulo (SP)	1º - PSDB	1.032.169 (19%)	30.791 (5,54%)	PT: 129.194 (23,28%)
	2º - PT	853.808 (15,90%)	129.194 (23,28%)	PMDB: 95.121 (17%)
	3º - PRB	423.107 (7,88%)	10.033 (1,80%)	PTB: 77.468 (13,96%)
Rio de Janeiro (RJ)	1º - PMDB	480.442 (16,44%)	65.166 (18,09%)	PDT: 80.504 (22,35%)
	2º - PSOL	283.648 (9,71%)	4.667 (1,29%)	PMDB: 65.166 (18%)
	3º - DEM	211.000 (7,22%)	4.463 (1,23%)	PSDB: 53.812 (14,9%)
Nordeste				
Aracaju (SE)	1º - PPS	25.582 (9,23%)	2.387 (7,54%)	PT: 4.998 (15,80%)
	2º - PSB	23.976 (8,65%)	553 (1,74%)	PMDB: 4.777 (15,1%)
	3º - Rede	20.906 (7,54%)	102 (0,32%)	PDT: 3.087 (9,76%)
Maceió (AL)	1º - PSDB	72.074 (17,34%)	2.726 (10,66%)	PSB: 4.248 (16,62%)
	2º - PMDB	43.674 (10,51%)	1.168 (4,57%)	PSDB: 2.726 (10,66%)
	3º - PP	36.418 (8,76%)	2.224 (8,70%)	PT: 2.521 (9,86%)
João Pessoa (PB)	1º - PSB	43.660 (11,39%)	2.525 (6,92%)	PT: 6.193 (16,98%)
	2º - PSD	36.430 (9,51%)	2.189 (6,00%)	PRB: 3.354 (9,19%)
	3º - PT do B	28.788 (7,51%)	1.001 (2,74%)	PSDB: 3.234 (8,86%)
Recife (PE)	1º - PSB	133.674 (15,53%)	3.767 (3,73%)	PDT: 15.066 (14,93%)
	2º - PRTB	59.628 (6,93%)	1.169 (1,15%)	PT: 13.679 (13,55%)
	3º - PSC	52.730 (6,13%)	2.896 (2,87%)	PP: 10.183 (10,09%)
Salvador (BA)	1º - DEM	172.868 (13,62%)	4.954 (4,28%)	PRB: 20.720 (17,93%)
	2º - PHS	97.250 (7,66%)	358 (0,31%)	PT: 16.075 (13,91%)
	3º - PTN	92.321 (7,27%)	789 (0,68%)	PP: 12.905 (11,17%)
Teresina (PI)	1º - PSDB	50.198 (11,42%)	3.395 (7,43%)	PMDB: 7.647 (16,7%)
	2º - PTC	26.355 (6,00%)	670 (1,47%)	PT: 6.904 (15,11%)
	3º - PP	25.971 (5,91%)	2.059 (4,50%)	PSDB: 3.395 (7,43%)
São Luís (MA)	1º - PDT	49.873 (9,51%)	7.474 (13,58%)	PDT: 7.474 (13,58%)
	2º - PC do B	46.094 (8,79%)	3.869 (7,03%)	PMDB: 6.095 (11%)
	3º - PP	30.142 (5,75%)	1.984 (3,60%)	PT: 3.951 (7,18%)
Fortaleza (CE)	1º - PDT	208.831 (16,63%)	7.124 (6,07%)	PT: 24.810 (21,14%)
	2º - PRTB	105.490 (8,40%)	1.086 (0,92%)	PMDB: 10.863 (9,2%)
	3º - PR	105.436 (8,40%)	3.571 (3,04%)	PSDB: 9.199 (7,84%)

Natal (RN)	1º - PDT	46.747 (12,81%)	939 (2,91%)		PSDB: 4.591 (14,24%)
	2º - SDD	29.454 (8,07%)	488 (1,51%)		PMDB: 3.038 (9,42%)
	3º - PMB	28.931 (7,93%)	66 (0,20%)		PT: 2.589 (8,03%)
Centro-Oeste					
Goiânia (GO)	1º - PMDB	59.206 (8,85%)	29.206 (29,90%)		PMDB: 29.206 (29%)
	2º - PRP	58.191 (8,69%)	663 (0,67%)		PT: 13.571 (13,89%)
	3º - PSDC	56.591 (8,45%)	701 (0,71%)		PSDB: 12.459 (12,7%)
Cuiabá (MT)	1º - PV	33.253 (11,14%)	712 (1,29%)		PPS: 10.515 (19,17%)
	2º - PSB	31.583 (10,58%)	2.342 (4,27%)		PSDB: 8.588 (15,66%)
	3º - PSDB	29.905 (10,02%)	8.588 (15,66%)		DEM: 7.593 (13,85%)
Campo Grande (MS)	1º - PSDB	65.812 (15,74%)	4.996 (6,70%)		PT: 13.503 (18,13%)
	2º - PP	36.774 (8,80%)	6.236 (8,37%)		PMDB: 12.195 (16%)
	3º - PSD	29.115 (6,96%)	1.582 (2,12%)		PRB: 8.008 (10,75%)
Sul					
Porto Alegre (RS)	1º - PMDB	86.490 (12,55%)	18.296 (14,08%)		PDT: 25.802 (19,86%)
	2º - PT	72.019 (10,45%)	19.968 (15,37%)		PT: 19.968 (15,37%)
	3º - PTB	69.424 (10,07%)	13.477 (10,37%)		PMDB: 18.296 (14%)
Curitiba (PR)	1º - PDT	90.475 (10,27%)	13.069 (12,73%)		PP: 14.181 (13,82%)
	2º - PSD	65.462 (7,43%)	1.228 (1,19%)		PDT: 13.069 (12,73%)
	3º - PSC	60.781 (6,90%)	4.341 (4,23%)		PSDB: 10.244 (9,98%)
Florianópolis (SC)	1º - PMDB	34.047 (14,09%)	6.605 (18,22%)		PMDB: 6.605 (18,2%)
	2º - PP	30.970 (12,82%)	5.089 (14,04%)		DEM: 6.224 (17,17%)
	3º - PSOL	25.442 (10,53%)	274 (0,75%)		PP: 5.089 (14,04%)
Norte					
Rio Branco (AC)	1º - PT	34.817 (18,19%)	4.660 (15,61%)		PT: 4.660 (15,61%)
	2º - PMDB	13.740 (7,18%)	3.677 (12,32%)		PMDB: 3.677 (12,3%)
	3º - PSDB	12.686 (6,63%)	1.975 (6,61%)		PP: 2.267 (7,59%)
Porto Velho (RO)	1º - PSB	31.572 (13,30%)	1.167 (2,63%)		PSDB: 8.211 (18,54%)
	2º - PMDB	30.065 (12,66%)	7.311 (16,51%)		PMDB: 7.311 (16,5%)
	3º - PTB	22.915 (9,65%)	2.446 (5,52%)		PP: 4.403 (9,94%)
Palmas (TO)	1º - PSDC	14.114 (10,46%)	333 (1,34%)		PMDB: 3.143 (12,7%)
	2º - PR	11.915 (8,83%)	1.898 (7,68%)		PSDB: 1.939 (7,85%)
	3º - PSL	11.595 (8,59%)	513 (2,07%)		PR: 1.898 (7,68%)
Manaus (AM)	1º - PTN	87.982 (8,54%)	923 (1,40%)		PCdoB: 10.813 (16%)
	2º - PHS	79.612 (7,73%)	867 (1,32%)		PT: 7.955 (12,10%)
	3º - PR	72.648 (7,05%)	2.693 (4,09%)		PSC: 5.013 (7,63%)
Belém (PA)	1º - PSOL	61.691 (8,11%)	6.336 (7,12%)		PT: 14.067 (15,82%)
	2º - PMDB	53.186 (6,99%)	5.591 (6,28%)		PRB: 12.842 (14,44%)
	3º - PRB	52.180 (6,86%)	12.842 (14,44%)		PTB: 6.384 (7,18%)
Boa Vista (RR)	1º - PTC	15.102 (10,00%)	140 (0,46%)		PRP: 5.229 (17,28%)
	2º - PSD	13.228 (8,76%)	259 (0,85%)		PDT: 4.033 (13,33%)
	3º - PRB	10.624 (7,04%)	1.416 (4,68%)		PSDB: 3.048 (10,07%)
Macapá (AP)	1º - PDT	19.336 (8,94%)	4.131 (8,56%)		PSDB: 5.892 (12,2%)
	2º - PSOL	17.393 (8,04%)	4.867 (10,09%)		DEM: 5.365 (11,12%)
	3º - PRP	14.389 (6,65%)	681 (1,41%)		PSOL: 4.867 (10,1%)

Fonte: Elaboração própria, com dados do TSE

4. Causas do desalinhamento partidário-eleitoral

Mas, afinal, qual a explicação para um partido político angariar menos votos do que o número de filiados de que dispõe? Por que o ato de inscrever formalmente milhares de cidadãos nas fileiras partidárias não acarreta inexoravelmente frutos eleitorais para as legendas? Mainwaring (1999) argumenta que um dos principais percalços do sistema partidário brasileiro, notadamente após 1985, é seu formato pouco institucionalizado, reforçado pela baixa legitimidade junto ao eleitor.

A reduzida penetração dos partidos na sociedade se manifesta nos baixos níveis de identificação com os partidos, na ausência do voto partidário, nas profundas discontinuidades dos padrões de apoio e na opinião dos eleitores de que o partido não determina seu voto (MAINWARING, 1999, p.178).

A falta de uma base estrutural sólida, combinada com a alta fragmentação partidária, é uma das razões arroladas para explicar por que os partidos não contam com apoiadores fiéis. Além da dinâmica política regional, que dificulta a formação de agremiações de caráter nacional – muito comum a prática de inflar artificialmente legendas locais para acomodar elites políticas locais –, há de se levar em conta também a contínua migração partidária no Brasil, a qual reforça a falta de identidade das siglas, sentida principalmente nas eleições. Respaladas na utilização do sistema eleitoral de lista aberta, as campanhas brasileiras revelam que os candidatos, em sua grande maioria, não buscam vinculação aos programas partidários e o eleitor acaba optando por vias eleitorais individualizadas, cujo ímpeto personalista fala mais alto (MELO, 1999).

Diante de um quadro partidário fluido e disperso, regado por uma profusão de legendas sem apego doutrinário e com baixo enraizamento junto à sociedade, o político brasileiro migra de partido sem grandes constrangimentos, em busca de maior acesso aos recursos disponibilizados pelo Poder Executivo para atender às bases de apoiadores ou de melhores alternativas para potencializar as chances de sucesso na carreira política, conforme constata Melo (1999).

Para além da precária institucionalização do sistema partidário brasileiro, elementos variados colaboram para aumentar o fosso representativo entre partidos e filiados, tais como:

a) Esgarçamento da plataforma programática. Os partidos passam a utilizar programas genéricos e abrangentes, sem apego a ideologias claras;

- b) Robustecimento dos caciques partidários no comando da agremiação, em detrimento de seus apoiadores;
- c) Pouca democracia interna e precária transparência na utilização de recursos públicos;
- d) Entrosamento excessivo das agremiações com o Estado, conforme abordado por Katz e Mair (1995), levando a um distanciamento entre partidos políticos e suas bases;
- e) Perda de protagonismo do militante dentro das siglas. O cidadão fica cada vez mais afastado da vida partidária, com pouco acesso à cúpula;
- f) Forte presença do *marketing* tecnicista na atuação partidária. A voz do especialista sobrepuja a atuação do militante político, sem qualquer tipo de consulta aos membros.

O caciquismo é um dos principais problemas. Segundo levantamento do Movimento Transparência Partidária, em dez anos, de 2007 a 2017, houve uma renovação de apenas 25% nos cargos de comando de todos os 33 partidos brasileiros, nas executivas nacionais. De acordo com dados do TSE, 15 dos 33 partidos do país mantêm presidentes no poder há mais de 10 anos ou desde a fundação da legenda, escancarando a falta de oxigenação de lideranças e o controle da burocracia por oligarquias⁷.

As comissões provisórias são outro caso emblemático que sufoca a democracia interna dos partidos. Segundo estatísticas da Justiça Eleitoral, em média, 70% dos diretórios partidários no Brasil são de caráter provisório⁸. Isso faz com que a direção nacional possa desfazer as comissões a qualquer momento, inibindo o surgimento de novas lideranças. Há também o problema da pouca transparência interna, principalmente no uso de recursos públicos. Não há padronização na prestação de contas e diversas despesas são obscuras e camufladas. O filiado pouco conhece os critérios de distribuição das verbas recebidas pela sigla a qual ele integra.

Para compreender a falta de lealdade partidária por parte dos cidadãos, outro ponto a ser considerado é o militante que perde a identificação com o seu partido, seja por desencontro ideológico, seja por insatisfação com a atuação da sigla. Em apenas dois anos – entre março de 2018 a março de 2020 –, os 33 partidos existentes no País, principalmente os mais tradicionais, perderam um milhão de filiados, segundo dados disponibilizados pelo TSE.

Ainda é possível considerar que, por vezes, a filiação partidária funciona como um mero ato de formalização burocrática, para computar quórum político ou para cumprir

⁷ O Cidadania (ex-PPS), por exemplo, é comandado pelo ex-deputado Roberto Freire há 30 anos. O PDT é controlado por Carlos Lupi por mais de 15 anos.

⁸ De acordo com o TSE, com base em números de 2018, a taxa de diretórios provisórios no PROS alcança 99,7%; Patriota (98,3%); Solidariedade (89,9%) e PSD (84,1%).

requisitos da Justiça Eleitoral, sem criação de empatia entre filiados e legendas. Não por acaso, muitos cidadãos nem sequer se lembram da sua condição de filiado.

Outras possíveis explicações para o desalinhamento partidário-eleitoral são o descompasso dos dados oficiais registrados na Justiça Eleitoral, por falta de comunicação sobre a desfiliação de eleitores ou por defasagem de atualização dos dados sobre a morte de filiados.

Conforme assevera Nogueira (2014), as relações do filiado com a agremiação partidária são constituídas em bases inconsistentes de engajamento e de fidelidade política.

Os eleitores votam muitas vezes por obrigação, sem entusiasmo e sem lealdade: flutuam sobre o processo, mudando de opinião com rapidez, escolhendo de modo mais defensivo e instrumental, movidos a interesse e não a ideias. Ao mesmo tempo, vão reduzindo sua disponibilidade para manter vínculos formais com as legendas partidárias e participar da vida delas (NOGUEIRA, 2014, p. 100).

Enferrujados, os partidos brasileiros se comportam como verdadeiras pirâmides fechadas, trancafiados em agendas de caráter individual e de pouca interação com seus integrantes⁹. O prefeito de Salvador, ACM Neto, presidente nacional do Democratas, ex-PFL, uma das legendas mais tradicionais do Brasil, reconhece o cenário embaraçoso.

A maioria dos partidos no Brasil são cartórios. Você tem ali feudos controlados historicamente por lideranças que foram se perpetuando ao longo do tempo e não se preocuparam em estabelecer um processo interno de democracia e que, portanto, permitiria uma renovação mais ampla. Agora, em função de toda essa crise, vai ser inevitável que os partidos façam isso (DELGADO, 2017).

Esboça-se um cenário desafiador, no qual a legitimidade dos partidos políticos em termos de agregação de opiniões, de formação de lideranças públicas e de funções de representação começa a ser questionada¹⁰. Faz-se necessário impor reformas para criar laços de aproximação entre a atuação das agremiações partidárias e os anseios da população.

⁹ Nos últimos 13 anos, em meio ao desequilíbrio representativo, ao menos 10 legendas brasileiras alteraram de nome para suprimir a expressão “partido” e insinuar um ar de mudança e modernidade. Entretanto, o esforço de maquiagem na imagem pouco surtiu efeito para alterar práticas internas organizacionais.

¹⁰ Desde 2013, na esteira das manifestações de rua e do descrédito dos partidos políticos, surgiu no Brasil uma série de movimentos cívicos, majoritariamente integrado por jovens, dispostos a atualizar a agenda pública e a atividade política a partir da sociedade, tais como RenovaBR, Livres, Acredito, Agora, MBL, RAPS, Quero Prévias, Bancada Ativista, Vem Pra Rua, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pouco institucionalizado, desalinhado no aspecto programático e ideológico, enferrujado do ponto de vista burocrático e frágil na identificação com os eleitores, o sistema partidário brasileiro precisa ser atualizado. O desalinhamento partidário-eleitoral, identificado neste estudo, revela a falta de simetria entre o montante de filiados, a estratégia eleitoral da organização partidária e a participação dos indivíduos nas agremiações. Tal desconexão aprofunda o mal-estar institucional e reforça o afastamento dos militantes da dinâmica interna das legendas.

A saída para a crise de representatividade atual, que não é exclusiva do Brasil, passa inexoravelmente pela política. E a recuperação da política brasileira deve orientar-se necessariamente pela reforma dos partidos políticos. As mudanças no arcabouço partidário precisam favorecer a participação política e a promoção da democracia interna dos partidos políticos, sem afetar a autonomia institucional das agremiações¹¹.

Os partidos precisam ser atrativos e, ao mesmo tempo, abertos a novos integrantes. Devem funcionar como verdadeiras incubadoras de formação de lideranças públicas. É fundamental não só engajar cidadãos comuns, mas também assegurar renovação nos cargos de direção partidária e abertura de espaço para correntes minoritárias, como jovens e mulheres.

Outros itens fundamentais são o uso massivo das mídias digitais para aproximar as bases partidárias do processo decisório; transparência nas prestações de contas, com sujeição a auditorias contábeis externas (*compliance*); oportunidade ao filiado de acessar os postos de comando dos partidos, a fim de favorecer a oxigenação interna nas siglas; estímulo e regulamentação das prévias partidárias nas escolhas dos candidatos durante o período eleitoral; distribuição equitativa de recursos materiais e financeiros para participação de filiados em eleições; fortalecimento da Justiça Eleitoral na fiscalização da governança partidária; além da promoção de campanhas educativas acerca da importância de fomentar a participação de cidadãos na vida orgânica dos partidos políticos.

Cumprido destacar o papel dos meios digitais, visto que na academia tem sido comum o surgimento de análises sobre o impacto das tecnologias na qualidade da representação política e no relacionamento de instituições com o cidadão (GOMES, 2005). O uso da internet mudou o *software* de comunicação dos instrumentos representativos e cabe aos partidos políticos se

¹¹ De acordo com a Lei nº 9.096, de 1995, o partido político, como pessoa jurídica de direito privado, goza de autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento.

adequar a esse novo momento. Exigem-se novas formas de diálogo. A população quer falar e ser ouvida.

O anseio de quem milita dentro de uma legenda partidária é estar mais próximo da agenda pública, influenciar a tomada de decisões, ter acesso à informação e à capacitação política e contribuir com os canais de transparência. E a internet funciona como uma promissora ferramenta para dar seguimento à voz pública dos cidadãos para além do período eleitoral, capaz de aproximar governantes e governados e, principalmente, dar chance ao filiado de se expressar, de reagir à pauta partidária e de influenciar os rumos internos das siglas. Além da indiscutível dimensão interativa, as novas mídias sociais “(...) são ainda mais essenciais para o aprendizado político, as práticas difusas de cidadania e os regimes de engajamento cívico” (BARROS, BERNARDES e REHBEIN, 2015).

O Brasil tem um grande desafio para reorientar o sistema político-partidário no melhor sentido: menos legendas de aluguel, melhor representatividade parlamentar, fortalecimento do voto do eleitor, mais transparência no uso de recursos públicos depositados no sistema partidário, maior conexão entre representantes e representados, fomento da educação política e fortalecimento de laços entre cidadãos e partidos políticos. Até porque “[...] partidos fortes e bem enraizados na sociedade são indispensáveis à consolidação democrática” (LAMOUNIER; MENEGUELLO, 1986, p. 9).

Referências Bibliográficas

BARROS, A; BERNARDES, C; REHBEIN, M. O parlamento brasileiro e as novas mídias: balanço da experiência recente da Câmara dos Deputados. In SATHLER, A; BRAGA, R. (ORGs), **Legislativo Pós-1988 – Reflexões e Perspectivas**. Edições Câmara, Série Relatos de Pesquisa, nº 4, 201.

BIEZEN, I.; MAIR, P. & POGUNDKE, T., Going, going, ... gone? The decline of party membership in contemporary Europe. **European Journal of Political Research**, 51(1), pp.24-56, 2011.

DELGADO, Malu. **Caçada Eleitoral**. Valor Econômico, 2017.
<https://valor.globo.com/eu-e/coluna/cacada-eleitoral-1.ghtml>

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. 3. ed. Guanabara, 1987.

FGV DIREITO SP. Índice de Confiança na Justiça Brasileira – ICJBrasil, 2017.
<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/19034>

GOMES, Wilson. **Internet e participação política em sociedades democráticas**, 2005.
<https://www.redalyc.org/pdf/4955/495550183008.pdf>

GUNTHER, R.; MONTERO, J. R. & LINZ, J. **Political Parties, Old Concepts and New Challenges**, Oxford University Press, 2001.

KATZ, R. & MAIR, P. Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The emergence of the Cartel Party. **Party Politics**, pp. 5-28, 1995.

KINZO, M.D. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 20(57), pp. 65-81, 2005.

LAMOUNIER, B.; MENEGUELLO, R. **Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

MAINWARING, Scott P. **Sistemas Partidários em novas democracias: o caso do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001. Rio de Janeiro: FGV (1999).

MAIR, Peter. Party Organizations: From Civil Society to the State. In: KATZ, Richard; MAIR, Peter (ed.). **How Parties Organize: Change and Adaptation in Party Organizations in Western Democracies**. London: Sage, 1994.

MANIN, B. As metamorfoses do governo representativo. **Revista brasileira de Ciências Sociais**. Associação nacional de pós-graduação e pesquisa em Ciências Sociais, 1995.

MELO, Carlos Ranulfo Felix de. **Retirando as cadeiras do lugar: migração partidária na Câmara dos Deputados: 1985-1998**. Belo Horizonte, 1999. Dissertação (Doutorado em Ciências Humanas, Sociologia e Política, da Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 1999).

MENEGUELLO, R. **Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985 – 1997)**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MICHELS, R. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: UnB, 1982.

MIGUEL, Luis Felipe. Impasses da accountability: dilemas e alternativas da representação política. **Revista Sociologia Política**, n. 25, 2005, p. 25-38.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Representação, crise e mal-estar institucional. **Revista Sociedade & Estado**. Universidade de Brasília (UnB), 2014.

PITKIN, Hanna Fenichel. **The concept of representation**. Berkley: University of California Press, 1967.

SCHULER, Fernando. **O mal-estar da democracia**, 2017.

<https://www.fronteras.com/artigos/o-mal-estar-da-democracia>

URBINATI, Nadia. **Representative democracy: principles and genealogy**. Chicago: The University of Chicago Press, 2006.